

GESTÃO TÉCNICA DO MEIO URBANO – GTU: EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO INOVADORA EM PROGRAMA *LATO SENSU* DA PUCPR

Prof. Dr. Carlos Hardt

Docente Titular do Curso de Arquitetura e Urbanismo (CAU), Pesquisador Permanente do Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana (PPGTU) e Vice-Coordenador Geral do Laboratório de Paisagem (LabPais) da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).

<http://lattes.cnpq.br/5024605265137208>; <https://orcid.org/0000-0003-2240-3436>; c.hardt@pucpr.br

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/CONEC-2025.02>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/CONEC-2025.02-52>

ÁREA TEMÁTICA: Educação Superior.

PALAVRAS-CHAVE: Formação acadêmico-profissional. Internacionalização formativo-institucional. Inovação didático-pedagógica. Capacitação urbanístico-gerencial.

RESUMO: Exemplos internacionais de educação continuada têm sido motivo de críticas positivas e negativas nos últimos 50 anos, desde importações metodológicas e processuais diretas à assunção ajustada de experiências e procedimentos desenvolvidos em ambientes externos com realidades e conhecimentos locais, as quais, segundo Souza (2024), podem fortalecer o compromisso social das instituições de ensino superior (IES) com a integração mais efetiva entre universidade e sociedade. Porém, Sassen (2018[1994]) alerta para a insuficiência de aplicabilidade em cidades da América Latina de modelos desenvolvidos para âmbitos norte-americanos e europeus, o que sustenta a construção de formatos apropriados a cada caso. Essa **problemática central** permeou a origem da oferta de formação em gestão urbana, associando conhecimentos da França, considerada, à época, uma das líderes mundiais neste campo, com os desafios da gestão de municípios no Brasil. Partiu-se, então, da viabilização da participação formativa de profissionais brasileiros na Université de Technologie de Compiègne (UTC) para a criação de um curso no país, que incorporou e ajustou a experiência didático-pedagógica daquela IES francesa, com os saberes e desafios nacionais, por intermédio da Especialização em Gestão Técnica do Meio Urbano (GTU), iniciada em 1990, na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Assim, o **objetivo geral** deste texto consiste em relatar a parceria internacional de um curso de pós-graduação *lato sensu*, com configuração incomum para o período (1990-2011), cujo acervo resultou em ganho de escala, tanto no exercício da prática do ensino e formação, como na efetividade da melhoria da atuação profissional junto a instâncias privadas e públicas. Os **procedimentos metodológicos** adotados se baseiam em leitura sintético-analítica dos principais processos desenvolvidos, por intermédio da técnica do relato de experiência (Mussi; Flores; Almeida, 2021), envolvendo sua evolução temporal entre seu início e sua conclusão, considerando um interstício de mais de 20 anos. Para fazer frente à estrutura usual da simples incorporação de técnicas e saberes de instituições estrangeiras em programas nacionais, amplamente utilizada na segunda metade do século passado, adotou-se um modelo didático-pedagógico de incorporação das especificidades locais nos experimentos formativos,

resultando em somatórias de ganhos com teorias e práticas exitosas de um ambiente – no caso, o da França – com outro – o do Brasil – com suas idiossincrasias e desafios. Na segunda metade do século XX, aquele país se firmava como um dos centros difusores de conhecimento científico, notadamente sobre temáticas relacionadas ao urbano, o que motivou, nos anos 1980, o estabelecimento de acordo governamental bilateral, que possibilitou a participação de alguns brasileiros em um curso francês equivalente ao *lato sensu*, denominado Études Supérieures en Gestion Technique du Milieu Urbaine. Para distanciamento desse sistema, relata-se a experiência didático-pedagógica da apropriação de seus aspectos positivos, com minimização de consequências deletérias. Os **resultados auferidos** se baseiam na organização de programa similar ao da França, promovido pela UTC em conjunto com a PUCPR, com adaptações na matriz curricular visando ao alcance de demandas brasileiras e latino-americanas. Na sua versão inicial, a carga horária era de 1.100 h/a, distribuídas ao longo de um ano, composta por aulas presenciais de 25 disciplinas com 8 a 32 h/a, intercaladas, inicialmente, com estágios profissionais em entidades públicas de gestão urbana, parceiras do programa. Para cada uma das 21 turmas consecutivas, havia um processo seletivo baseado em análise de currículo e entrevista. Como critério rigidamente seguido, a turma era limitada em, no máximo, 20 estudantes, havendo grupos com até 10 por não terem sido considerados qualificados os demais candidatos. Esta norma foi determinante para a manutenção da qualidade no desenvolvimento das atividades, mesmo havendo restrições na receita financeira do projeto. As atividades acadêmicas eram desenvolvidas em dedicação integral (*full time*), com disciplinas e demais tarefas didáticas ministradas por professores tanto brasileiros quanto franceses, neste caso em seu próprio idioma, mas com tradução consecutiva, representando pouco mais de 50% da carga horária total. Do ponto de vista da estrutura didática, embora houvesse liberdade para organização de cada atividade, o ponto em comum era a introdução de caráter mais conceitual e teórico, prosseguindo para o desenvolvimento da resolução de um problema urbano específico, intercalando visitas técnicas com observação direta. Ao longo do interstício de oferta e desenvolvimento do curso, evoluiu-se desta configuração inicial para uma composição de menor carga horária presencial (chegando a 484 h/a), em períodos alternados (noite, sextas-feiras e sábados), mas mantendo a participação central de docentes franceses de modo presencial e concentrado. A partir da sexta versão do curso, o estágio profissional foi substituído pelo desenvolvimento de projeto final, comum a todos estudantes, a partir da eleição de um município brasileiro para a elaboração de plano geral que envolvesse os saberes tratados durante a formação. Para tanto, eram firmados convênios entre o Instituto Internacional de Gestão Técnica do Meio Urbano (GTU-International), a PUCPR e o município em questão, que previam, de um lado o fornecimento de dados e o apoio logístico para a permanência do grupo de alunos por uma semana, e de outro, a apresentação e disponibilização do plano com os resultados analíticos da realidade urbanística e a formulação de proposições para resolução ou mitigação dos problemas levantados. Didaticamente, esta concepção educacional aliava o conhecimento teórico dos temas tratados à sua aplicação prática, em estudos de caso reais. Cada um dos estudantes, ao final, defendia sua contribuição subtemática ao projeto geral, produzindo uma monografia submetida à avaliação de uma banca composta por, pelo menos, três membros, sendo, normalmente, um deles francês, que também acompanhava a elaboração do plano no município. Para a viabilização desta experiência, e tendo em vista as demandas de

prefeituras por assessorias e consultorias especializadas, em 1992 foi criado aquele instituto internacional, como entidade privada sem fins lucrativos, o que viabilizou a prestação de serviços sem necessidade de processos licitatórios complexos e demorados, a partir da disponibilização de profissionais, na maioria franceses, de alta capacidade em temáticas específicas para solução de problemas urbanos, com cobrança apenas de bolsas que cobriam exclusivamente os respectivos custos diretos, já que havia a isenção do pagamentos da maioria de taxas e impostos. Esta entidade passou a gerir o orçamento do curso de especialização, tendo o Centro de Integração de Tecnologia do Paraná (CITPAR), órgão vinculado à Federação das Indústrias do Paraná (FIEP), como gestor contábil das despesas. Este modelo pressupunha o equilíbrio entre receitas e despesas, de maneira a não alterar a condição de participação das entidades associadas, às quais não era imputada qualquer responsabilidade como mantenedoras, apenas como consultoras e deliberadoras das atividades pedagógicas e dos projetos técnicos. O GTU-International tinha autonomia institucional e era dependente de deliberações de seus associados, correspondentes a entidades públicas e privadas de notório saber e interesse na formação de profissionais da área, que anualmente analisavam os relatórios de atividades e financeiros, bem como os planos estratégicos e de atividades de períodos subsequentes. Foram sócios fundadores, sem função mantenedora, a UTC, a PUCPR, a Prefeitura de Paris, a Agence de l'Eau Seine-Normandie, a Companhia de Habitação Popular de Curitiba, o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, a Universidade Livre do Meio Ambiente e, posteriormente, a Caixa Econômica Federal. Os projetos desenvolvidos pelo GTU-International eram integralmente autofinanciados, não havendo qualquer subsídio financeiro por parte das universidades e demais entidades associadas. Como principais fontes de recursos, além das oriundas dos próprios estudantes, havia a promoção de fóruns técnicos (a exemplo de seminários, *workshops* e encontros); convênios com mais de 10 municípios para capacitação de seus servidores; recursos da Embaixada da França, subsidiando passagens aéreas para especialistas franceses; convênios de cooperação na realização de eventos com o British Council, Oxford Brookes University, University of New Castle, Association pour le Développement des Techniques de Transport, d'Environnement et de Circulation (ATEC) e Universität Karlsruhe, dentre outras instituições estrangeiras. Como **considerações finais**, depreende-se que o agrupamento de uma entidade jurídica sem fins lucrativos a procedimentos didático-pedagógicos inovadores para a época permitiu a implementação de um processo de formação de gestores urbanos altamente capacitados, fato demonstrado pela inserção de seus egressos em estruturas públicas de gestão, fundamentalmente em nível municipal. De um total de 344 participantes no conjunto das 21 turmas, e após mais de 10 anos de finalização do curso, têm-se mais de 20 diplomados atuando na docência superior e mais de 40 em cargos e funções públicas, especialmente em posições superiores. Por sua vez, alguns ainda trilharam carreiras políticas de destaque, a exemplo de cargos de senador suplente, deputado estadual, presidente de Câmara de Vereadores de Curitiba, vice-reitor de IES e prefeito de município de médio porte. Além desses benefícios para a sociedade, a experiência foi embrião de um novo programa de pós-graduação, agora em nível *stricto sensu*, denominado Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana (PPGTU, 2025), reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em 2002, tendo suas primeiras turmas de mestrado e doutorado iniciadas em

2003 e 2009, respectivamente. Atualmente, a avaliação do PPGTU por aquela instituição corresponde ao nível 6, configurando-o como um dos melhores do país na área de planejamento urbano e regional. Destaca-se, por fim, que a construção relatada da estrutura de ensino e formação *lato sensu*, com titulação binacional e dupla diplomação chancelada tanto pela PUCPR como pela UTC, produziu um modelo de procedimentos didático-pedagógicos de associação de aulas expositivas com imersões em exercícios interativos em casos empíricos concretos, incorporando avançadas técnicas, processos e produtos para a gestão do meio urbano.

REFERÊNCIAS

PPGTU – Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana. **Gestão urbana**. 2025. Disponível em: <https://www.pucpr.br/escola-de-belas-artes/mestrado-doutorado/gestao-urbana/>. Acesso em: 14 nov. 2025.

SASSEN, Saskia. *Cities in a World economy*. 5thed. Thousand Oaks, CA, US: SAGE, 2018[1994]. ISBN 978-1412988032.

SOUZA, Rodger Roberto Alves de. Experiências internacionais de curricularização da extensão: lições aprendidas e aplicabilidade ao contexto brasileiro. **Revista GESTO-Debate**, Campo Grande, MS, BR: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – EdUFMS, v.24, n.1, p.52-73, 2024. <https://doi.org/10.55028/gd.v8i01.20344>.